

| | | | | | |
|---|---------------------|--------|---|----------------|---------------------|
| Tema: Política Nacional/Governo/AR/Partidos | | | ■ | Âmbito: n.a. | Tiragem: 74017 |
| Título: PE aprova investigação com células estaminais | | | | Temática: n.a. | GRP: 5.4 |
| 2003/11/20 | PUBLICO – PRINCIPAL | Pág.37 | | Imagem: 1/1 | Periodicidade: n.a. |

PE aprova investigação com células estaminais

Votação teve posição favorável dos eurodeputados portugueses do PS e do PCP e um não de populares e sociais-democratas

ANA MACHADO

O Parlamento Europeu (PE) deu ontem luz verde ao financiamento da investigação com células estaminais embrionárias. A proposta apresentada pela Comissão Europeia visava desbloquear o financiamento deste tipo de investigação. Este estava parado por uma moratória, que termina no final deste ano, com o objectivo de abrir um espaço de reflexão para que os países definissem a sua posição. Em causa está dinheiro do VI Programa-Quadro para a investigação, que vê esta como uma área prioritária.

Apesar da votação favorável ao financiamento, o parecer do PE não é vinculativo. A última palavra cabe ao Conselho de Ministros da União Europeia, que a 3 de Dezembro e deliberará sobre a autorização ou não desse financiamento. Mas o que é esperado é que Portugal, ao lado da Alemanha, Áustria, Itália e Polónia, se oponha.

A vitória da ala liberal do PE foi além da proposta da Comissão sobre o apoio à investigação em estaminais. De acordo com essa proposta, traduzida no relatório elaborado pelo eurodeputado alemão Peter Liese, em nome da comissão de indústria do PE a investigação com células estaminais embrionárias seria possível apenas com culturas criadas antes de 27 de Junho de 2002.

Mas a própria comissão, que discutiu o relatório de Liese na passada segunda-feira, quis que a proposta não tivesse esse limite. Por isso, a proposta hoje aprovada — com 298 votos a favor, 214 contra e 21 abstenções — não impõe limites temporais, garantindo, defendem os eurodeputados, uma maior qualidade das células.

Peter Liese votou contra esta proposta, mantendo-se fiel à maioria dos eurodeputados do Partido Popular Europeu, ao qual pertencem os eurodeputados sociais-democratas e populares portugueses.

Ribeiro e Castro, do PP, acha que está em causa o princípio da subsidiariedade, uma vez que se trata de financiar actividades nos países que autorizam este tipo de investigação, com dinheiro de todos os cidadãos da União, incluindo os de países que legalmente se opõem a

ela. E por isso votou contra.

Carlos Coelho, do PSD, também votou contra. Defende que “o embrião é um ser com vida e o financiamento da sua investigação poderá ter o efeito perverso de criar mais embriões supranumerários”, aludindo aos embriões que, sendo produto das técnicas de reprodução assistida, não são implantados no útero materno e são congelados. Poderão vir a ser usados pela mulher, no prazo limite de cinco anos — a partir daí o fim será a investigação ou a destruição.

A favor votaram os eurodeputados do Partido Comunista e do Partido Socialista. Ilda Figueiredo, do PCP, acha que estão em causa soluções para doenças hoje incuráveis. O mesmo pensam os socialistas. “É uma investigação fundamental e não a apoiar é um acto hipócrita”, disse ao PÚBLICO Elisa Damião, do PS.

Carlos Lage, também do PS, apresentou na terça-feira uma declaração favorável à clonagem terapêutica: “Até hoje é impossível dizer quais as células indiferenciadas, de fetos ou de adultos, que melhor correspondem às necessidades das aplicações clínicas. A resposta a este problema reside claramente no prosseguimento da investigação”, defendeu. ■